



ATA DA ORDEM DE DEFESA DE TESES E DAS BOAS PRÁTICAS DO XXVI CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Trata da definição da ordem de defesa de teses e das boas práticas do XXVI Congresso Nacional do Ministério Público, em conformidade com o regulamento existente.

No dia 03 de novembro de 2025, a Comissão de Científica do XXVI Congresso Nacional do Ministério Público se reuniu virtualmente para tratar da definição da ordem de defesa de teses e boas práticas durante o congresso, decidindo o seguinte:

SALA 1 – TESES

Número	Horário	Título	Nome
1	14h	Atuação do Ministério Público na questão da Profissionalização com Empregabilidade de Adolescente/Jovem, em Cumprimento de Medidas Socioeducativas: Direito Fundamental.	Marcelo Batista Gonçalves
2	14h20	O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DO DIREITO FUNDAMENTAL AO CLIMA SEGURO À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	Joana D'Arc Dias Martins
3	14h40	A POSSE DE FATO PREVISTA NO ART. 33, § 1º, DA LEI 8.069/1990: competência concorrente das Varas de Infância e da Juventude e de Família e Sucessões.	Epaminondas da Costa
4	15h	REPARAÇÃO CIVIL POR DANO MORAL: violação de direitos da criança e do adolescente em serviço de acolhimento institucional.	Epaminondas da Costa
5	15h20	EDUCAÇÃO CIDADÃ E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA E RESOLUTIVA A PARTIR DO PROJETO DESPERTAR CIDADÃO.	LILIAN VIANA FREIRE, Erick Ricardo de Souza Fernandes
6	15h40	CONFISSÃO QUALIFICADA NO TRIBUNAL DO JÚRI - A PREVALÊNCIA DA SOBERANIA DOS VEREDITOS NA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA	Elton Oliveira Amaral



7	16h	PL DA DEVASTAÇÃO (PL 2.159/2021) E O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DO DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE E AO CLIMA SAUDÁVEL	Joana D'Arc Dias Martins
8	16h20	Atuação preventiva e repressiva do Ministério Público em trotes escolares	TEILOR SANTANA DA SILVA
9	16h40	PORNOGRAFIA INFANTIL E A UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA SOBRE A CONFORMAÇÃO DA TIPICIDADE DA CONDUTA	Priscilla Ramineli Leite Pereira, Claudio Rafael Morosin Rodrigues
10	17h	Combate ao Crime Ambiental Organizado na Amazônia: Instrumentos Jurídicos, Estruturas Fraudulentas e Responsabilidade Penal	Tarcila Santos Britto Gomes
11	17h20	A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO: processo sujeito ao princípio da publicidade e ao segredo de justiça	Epaminondas da Costa, MARCELLA MARTINS PELLEGRINI CARIZZI
12	17h40	DA ILEGALIDADE DA INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA INVOLUNTÁRIA OU COMPULSÓRIA DE PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL E/OU NECESSIDADES DECORRENTES DO USO ABUSIVO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS QUANDO NÃO ESGOTADOS OS RECURSOS EXTRA-HOSPITALARES (LEI Nº 10.216/2001)	Helena Capela Gomes Carneiro Lima
13	18h	CONTROLE DIFUSO DE CONVENCIONALIDADE DO ARTIGO 241-D DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Guilherme da Costa
14	18h20	Novas fronteiras digitais das funções institucionais do Ministério Público: guardião da dimensão digital dos direitos fundamentais e do regime democrático. Digitalização da vida, plataformização, extrativismo de dados, criminalidade cibernética.	Anabelle Macedo Silva

SALA 2 – TESES

Número	Horário	Título	Nome
1	14h	Direito social à moradia, parâmetros para tutela individual e políticas públicas	Oriane Graciani de Souza
2	14h20	A SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E A ANALOGIA IN MALAM PARTEM	CALIXTO OLIVEIRA SOUZA



3	14h40	A Atuação do Ministério Público nos Empreendimentos Náuticos	Priscila da Mata Cavalcante
4	15h	Análise Econômica do Direito e Infraestrutura Kafkiana: o Castelo, a Metamorfose e o Processo	Priscila da Mata Cavalcante
5	15h20	A PERSECUÇÃO PATRIMONIAL COMO ESTRATÉGIA CENTRAL NO COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: UMA ANÁLISE À LUZ DO CONFISCO ALARGADO NO ORDENAMENTO PENAL	RAFHAEL RAMOS NEPOMUCENO
6	15h40	As razões de gênero como elemento normativo do tipo do crime de feminicídio: a autonomia típica como resposta penal reforçada dada pela Lei nº 14.994/2024.	Ana Clézia Ferreira Nunes
7	16h	A POSSE DE MACONHA PARA USO PRÓPRIO NA JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA DOS JUÍZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS	Guilherme Roedel Fernandez Silva, Rodrigo Iennaco de Moraes
8	16h20	A INCONSTITUCIONALIDADE PRESENTE NA LEI ESTADUAL Nº 20.922/2013, NO DECRETO Nº 47.749/2019, E NA RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/IEF Nº 1.914/2013, DO ESTADO DE MINAS GERAIS	Guilherme Roedel Fernandez Silva, Rodrigo Iennaco de Moraes
9	16h40	Câmara Revisora Criminal: um modelo colegiado pioneiro, célere e eficiente como instância de revisão do MP para fins do art. 28-A do CPP	ISAAC SABBÁ GUIMARÃES, Paulo Antonio Locatelli
10	17h	GOVERNANÇA EDUCACIONAL NOS MUNICÍPIOS E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	Ana Paula Antunes Vieira Nery, Vanessa Goulart Barbosa
11	17h20	O ACOLHIMENTO FAMILIAR E A INVISIBILIDADE DA ECONOMIA DO CUIDADO: DA NECESSIDADE DE ADOÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Daniela Bock Bandeira
12	17h40	TERMINALIDADE DIGNA E CUIDADOS PALIATIVOS: O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO PROTAGONISTA NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA IDOSA.	LILIAN VIANA FREIRE, ALICE DE ALMEIDA FREIRE
13	18h	A terceirização de serviços na Administração Pública versus a exigência de concurso.	Pablo Antonio Cordeiro de Almeida
14	18h20	O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE: desafios à luz das perspectivas de gênero e de proteção dos direitos das crianças	VIVIANE ALVES SANTOS SILVA



SALA 3 – BOAS PRÁTICAS

Número	Horário	Título	Nome
1	14	Sede de Aprender Nacional	LUCAS SACHSIDA JUNQUEIRA CARNEIRO, PAOLA DOMINGUES BOTELHO REIS DE NAZARETH
2	14h18	Observatório de Políticas Públicas (OPP)	MARCELA CRISTINA OZORIO
3	14h36	DOANDO VIDAS	Karla Daniela Furtado Maia Carvalho
4	14h54	PROJETO TXAI: ATUAÇÃO DO MPAC NA DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS POVOS INDÍGENAS	Patrícia de Amorim Rêgo, Juleandro Martins de Oliveira
5	15h12	PROJETO OPERAÇÃO PADRÃO	Ana Paula Coite de oliveira, Karyne Simara Macedo Lima
6	15h20	Feira Livre de Trabalho Infantil	Renata Lordello Colnago, Valéria Barros Duarte de Morais e Jéssika Lima da Luz
7	15h38	Projeto Acolhida	RENATA RUTH FERNANDES GOYA MARINHO
8	15h56	Projeto Probidade - Inteligência Estratégica Institucional para Enfrentamento do Risco de Prescrição de Ações de Improbidade Administrativa	Rafael Correa Costa, Lucas César Costa Ferreira
9	16h14	Projeto Face a Face	Elba Souza de Albuquerque e Silva Chiappetta, Lucilla Soares Zanella
10	16h32	Feminicidômetro e Observatório de Violência de Gênero - OBSGênero	Patrícia de Amorim Rêgo
11	16h50	Projeto BNP Inteligente	Liana Antunes Vieira Tormin, Rafael Correa Costa
12	17h08	TranscreveAI	Marcela Cristina Ozório
13	17h26	DESDOBRAMENTOS DO NAUFRÁGIO DO "FF GOSTOSÃO" EM MADRE DE DEUS/BA -	Fernanda Carolina Gomes Pataro de



		BOAS PRÁTICAS	Queiroz Cunha
14	17h38	Projeto Sinais	Marcio Abreu Ferreira da Cunha, Fabio Costa Pereira
15	17h56	Acolhimento e Proteção das Vítimas de Violência Doméstica: Escutar para Acolher; Entender para Proteger	Renzo Siufi
16	18h14	Projeto AOJURI	RENATA RUTH FERNANDES GOYA MARINHO

SALA 5 – TESES

Número	Horário	Título	Nome
1	14h	MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DA VÍTIMA: necessária releitura das premissas que embasaram o RESP 2.211.682	Gabriele Gadelha Barboza de Almeida, Chimelly Louise de Resenes Maecon
2	14h20	ZERO GRAVIDEZ NA INFÂNCIA, O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E A AGENDA 2030: UM COMPROMISSO COM O FUTURO	Adélia Moreira Pessoa, Meri Cristina Amaral Goncalves
3	14h40	É INCONSTITUCIONAL E ILEGAL A DECISÃO JUDICIAL QUE HABILITA, DE OFÍCIO, DE ESTEIO NOS ARTIGOS 27 E 28 DA LEI 11.340/2006 A DEFENSORIA PÚBLICA E O DEFENSOR DATIVO COMO ASSISTENTE QUALIFICADO/ESPECIALIZADO DA VÍTIMA	Marcelle Rodrigues da Costa e Faria
4	15h	A contribuição do Ministério Público para uma transição energética justa e inclusiva	RACHEL MEDEIROS GERMANO
5	15h20	TUTELA METAINDIVIDUAL DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO	NATALIA MACEDO LUNA TAVARES
6	15h40	O DEPOIMENTO DA TESTEMUNHA PROTEGIDA NO CONTEXTO DOS CRIMES PRATICADOS POR FACÇÕES CRIMINOSAS	RAFHAEL RAMOS NEPOMUCENO, HELGA BARRETO TAVARES
7	16h	ELES AINDA (NÃO) ESTÃO AQUI: uma leitura das três sentenças que condenaram o Brasil por desaparecimento forçado na Corte Interamericana de Direitos Humanos	ELIANE DE LIMA PEREIRA
8	16h20	RESOLUÇÃO 310/2025, DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO: natureza jurídica hard law dos protocolos	ANDRE EPIFANIO MARTINS



		internacionais sobre boas práticas em investigação criminal e efeitos jurídicos do descumprimento	
9	16h40	TUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA E PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS INDÍGENAS WARAO	Nadilson Portilho Gomes
10	17h	A PERÍCIA DA CAIXA PRETA DO AUTOMÓVEL EM CASOS DE DOLO EVENTUAL EM HOMICÍDIO DE TRÂNSITO	ISABEL CHRISTINA PRAZERES RODRIGUES, Rafael Schwez Kurkowski
11	17h20	INTRODUÇÃO DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA, BRASIL	Eduvirges Ribeiro Tavares
12	17h40	O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO NA FASE DO ARTIGO 422 DO CPP PARA O TRIBUNAL DO JÚRI: UMA QUESTÃO DE DIREITOS DA VÍTIMA	ISABEL CHRISTINA PRAZERES RODRIGUES
13	18h	Cargos Comissionados, Contratações Temporárias e Responsabilidade Fiscal: uma análise da inconstitucionalidade estrutural e o papel do Ministério Público.	Joana Fernandes Machado, Inês da Matta Andreiuolo

SALA 6 – TESES

Número	Horário	Título	Nome
1	14h	Inteligência artificial para a análise de diários oficiais - inovação e eficiência na defesa do patrimônio público pelo Ministério Público	TIAGO MASSON NOSSIG
2	14h20	Inovação e inclusão no Ministério Público: o papel da tecnologia na proteção dos direitos das pessoas com deficiência auditiva	Elaine Carvalho Castelo Branco
3	14h40	A GEOINFORMAÇÃO COMO FONTE DO DIREITO E MEIO DE PROVA: O Ministério Público e o compromisso com o princípio da mesmidade e a cadeia de custódia da prova documental ambiental em formato digital.	Paulo Antonio Locatelli
4	15h	A IMPORTÂNCIA DO GEODIREITO NA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO PARA A EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA TERRITORIAL E SOCIOECOLÓGICA	Paulo Antonio Locatelli
5	15h20	NOVAS TECNOLOGIAS E VELHOS DESAFIOS INSTITUCIONAIS: a necessidade da consolidação de uma cultura antidiscriminatória no Ministério Público	Amanda Ribeiro dos Santos, Andre Luiz Querino Coelho



6	15h40	A PESQUISA EMPÍRICA COMO INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS: A Experiência do Ministério Público de Goiás Baseada em Evidências	Liana Antunes Vieira Tormin, Rafael Correa Costa
7	16h	O Ministério Público como instituição científica, tecnológica e de inovação: viabilidade jurídica e perspectivas de implementação no sistema nacional de CT&I.	MARCELO ANDRE DE AZEVEDO
8	16h20	A JUSTIÇA PENAL NEGOCIAL E OS SEUS EFEITOS NA TUTELA AMBIENTAL EXTRAJUDICIAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO	FÁBIO STRECKER SCHMITT, Paulo Antonio Locatelli
9	16h40	ANPP NA JUSTIÇA MILITAR	VINICIUS YSCANDAR DE CARVALHO
10	17h	CONSENSUALIDADE PENAL AMPLIADA: a proposição de novos instrumentos negociais penais ante a inexistência do princípio da obrigatoriedade da ação penal no ordenamento jurídico brasileiro	ANDRE EPIFANIO MARTINS
11	17h20	O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO INDUTOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZAÇÃO DIGITAL CRÍTICA E PROTETIVA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: Uma atuação resolutiva e preventiva	Lia Raquel Prado Burgos Ribeiro Martins
12	17h40	PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS NA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS	ROBERTA ROSA RIBEIRO
13	18h	Diagnóstico e plano estrutural: desafios para a indução de políticas públicas à luz do Tema 698/STF e da Recomendação de Caráter Geral nº 05/2025/CN	Marcus Aurélio de Freitas Barros
14	18h20	O IMPACTO DO ARTIGO 26 DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB) NO FORTALECIMENTO DAS SOLUÇÕES CONSENSUAIS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO	Analú Librelato Longo, Marcus Aurélio de Freitas Barros

SALA 7 – TESES

Número	Horário	Título	Nome
1	14h	Precedentes Institucionais	FABRICIO ROCHA BASTOS



2	14h20	AS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS, SEU EFEITO ERGA OMNES EM ÂMBITO NACIONAL E O JULGAMENTO DO TEMA DE REPERCUSSÃO GERAL 1075 DO STF: CONSEQUÊNCIA PARA O MP	Fernanda Carolina Gomes Pataro de Queiroz Cunha
3	14h40	Decisões disciplinares no Ministério Público: notas à evitação do decisionismo	Willian Buchmann
4	15h	A RELEVÂNCIA INSTITUCIONAL E SOCIOAMBIENTAL DO GRUPO ESPECIAL DE DEFESA DOS DIREITOS RELACIONADOS A DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS (GEDCLIMA) NO ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA	Fernanda Broering Dutra, Paulo Antonio Locatelli
5	15h20	Neurociência e Livre-Arbitrio: Limites e Possibilidades para a Responsabilização Penal na Perspectiva do Ministério Público.	Rayane Santana Freitas, Alexandre Rocha Almeida de Moraes
6	15h40	A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO MANDADO DE SEGURANÇA: NATUREZA IMPERATIVA E CONSEQUÊNCIAS PROCESSUAIS	CELSO JERÔNIMO DE SOUZA
7	16h	COMO O MINISTÉRIO PÚBLICO PODE COMBATER A VITIMIZAÇÃO LETAL LGBTQIAPN+	YTHALO FROTA LOUREIRO
8	16h20	O papel do Ministério Público na integração de esforços para o fortalecimento do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.	Luciano Machado de Souza
9	16h40	A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E A FRAGILIZAÇÃO SIMBÓLICA DA CULTURA COMO DIREITO FUNDAMENTAL	JOSE AUGUSTO CUTRIM GOMES
10	17h	DA TIPIFICAÇÃO ADEQUADA PARA OS ENVOLVIDOS EM FACÇÕES CRIMINOSAS	HELGA BARRETO TAVARES
11	17h20	A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO MANDADO DE SEGURANÇA: NATUREZA IMPERATIVA E CONSEQUÊNCIAS PROCESSUAIS	Celso Jerônimo de Souza
12	17h40	A criação de precedentes obrigatórios por provocação do Ministério Público	Alfredo Andreazza Dal Lago
13	18h	JURIMETRIA E MINISTÉRIO PÚBLICO: Estatística Como Ferramentas Necessárias à Tomada de Decisão Estratégica Institucional	Rafael Correa Costa, Liana Antunes Vieira Tormin

SALA 8 – TESES

Número	Horário	Título	Nome
--------	---------	--------	------



1	14h	OS SETE PILARES DAS INVESTIGAÇÕES DE FACÇÕES CRIMINOSAS	Francisco Ilidio Hernandes Lopes, LEANDRO ANTUNES MEIRELLES MACHADO
2	14h20	O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO FOMENTADOR DA EFETIVAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA: RESOLUTIVIDADE E ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL EM FAVOR DA SOCIEDADE	Fabiana Alves Mueller
3	14h40	A viabilidade da aplicação de penas restritivas de direitos como um dos requisitos de validade e de eficácia para celebração de acordo de não persecução cível	Guilherme Graciliano Araújo Lima
4	15h	Implementação de Políticas Públicas - Entre a Essência e a Aparência	GUSTHAVO RIBEIRO BACELLAR
5	15h20	Entre o Lixo e a Lei: o papel do MPPE no fortalecimento das cooperativas de catadores em Petrolina (PE)	Rosane Moreira Cavalcanti
6	15h40	A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E SUA PERTINÊNCIA NA ADAPTAÇÃO DAS CIDADES FRENTE À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA	Paulo Antonio Locatelli
7	16h	O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL: A NECESSIDADE DE UM OLHAR RESOLUTO ACERCA DOS INTERESSES DAS VÍTIMAS	VILSON FARIAS, Enrique Böhm Gomes
8	16h20	A Atuação Resolutiva do Ministério Público na Efetivação do Direito Fundamental à Saúde - Inovação, Intersectorialidade e Controle Social como Instrumentos de Fortalecimento do SUS	Elaine Carvalho Castelo Branco
9	16h40	MODERNIZANDO A PERSECUÇÃO PENAL: A INCORPORAÇÃO DO "TERMO DE IDENTIDADE E RESIDÊNCIA" (TIR) PARA ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE DO RÉU NO PROCESSO PENAL.	Filipe Regueira de Oliveira Lima
10	17h	A ATIVIDADE PERICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO PÓS RESOLUÇÃO CNMP 310/2025 E PEC 76/2019	Guilherme de Castro Germano, Thiago Ferraz de Oliveira
11	17h20	A INCONSTITUCIONALIDADE DOS JULGAMENTOS PELAS TURMAS RECURSAIS SEM FUNDAMENTAÇÃO	CALIXTO OLIVEIRA SOUZA
12	17h40	Territorialidades de Poder em Resistência na Cadeia Global de Produção, Processamento e Comercialização do Cacau (Theobroma Cacao) Amazônico	ALEXSSANDRA MUNIZ MARDEGAN
13	18h	Justiça Socioambiental na Prática: A Atuação	ALEXSSANDRA



		do Ministério Público na Garantia de Direitos do Povo Suruí Aikewara	MUNIZ MARDEGAN, Erick Ricardo de Souza Fernandes
14	18h20	Bom Destino: Destinação Sustentável de Madeira Apreendida como Ferramenta de Justiça Ambiental e Fortalecimento da Agricultura Familiar	ALEXSSANDRA MUNIZ MARDEGAN, JOSÉLIA LEONTINA DE BARROS LOPES

Brasília-DF, 03 de novembro de 2025.

Pedro Ivo de Sousa
Coordenador da Comissão Científica do XXVI Congresso Nacional do MP

Julia Flores Schutt
Secretária da Comissão Científica do XXVI Congresso Nacional do MP